

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PONTAL - APAE  
Fundada em 05 de Junho de 1990  
CNPJ: 60.254.992/0001-05  
Registro de Pessoas Jurídicas sob nº 11651 de 28-05-90 no livro A  
Reconhecida de Utilidade Pública Municipal sob lei 1553/90 de 12/11/90  
Reconhecida de Utilidade Pública Estadual sob lei 8529/94 de 23/03/94  
Reconhecida de Utilidade Pública Federal Port. 25 de 31/05/94  
Registrada no C.N.A.S., conforme Registro nº 22996-021513/94-25 de 10/10/95  
Certificado de Fins Filantrópicos Processo nº 44006-003565/98-67

PROCESSO	FLS.	RUBRICA
042/18	116	E

## PLANO DE TRABALHO

ÁREA DA DEFICIÊNCIA ABRANGIDA PELO PROJETO	
Tipo(s) Deficiência(s) Atendida(s) pela Entidade	Assinalar a Deficiência Atendida pela Entidade (somente 1 alternativa)
Deficiência Intelectual/deficiência múltipla associada à Deficiência Intelectual	X
Transtorno do Espectro Altista/Deficiência múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista	
Deficiência Intelectual/deficiência múltipla associada à Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro Altista/Deficiência múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista	

Ano de Vigência 2018

### ENTIDADE PARCEIRA CREDENCIADA

Sigla/denominação: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PONTAL

CNPJ: 60.254.992/0001-05

Natureza Jurídica: ENTIDADE FILANTRÓPICA

Rua: JOSÉ CAMILO DE OLIVEIRA Nº 100 – BAIRRO: JARDIM RESIDENCIAL PRIMAVERA

CEP: 14.180-000

Cidade/Estado: PONTAL - SP

Telefone e Fax: (16) 3953-6227

e-mail: apaepontal@yahoo.com.br

Publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo do Credenciamento: Data: \_\_\_\_\_ Folhas: \_\_\_\_\_

### INTRODUÇÃO

O Plano de Trabalho tem como finalidade traçar diretrizes para o atendimento pedagógico de alunos com deficiência intelectual, deficiência múltipla e transtorno do espectro autista (TEA), que necessitam de apoio permanente/pervasivo, e que não se beneficiam do ensino regular.

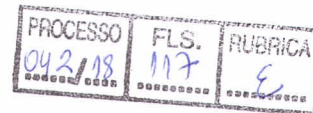
O trabalho das entidades parceiras junto a esses alunos se fundamenta no Currículo Funcional Natural, que visa instrumentalizá-los no sentido de oferecer-lhes a máxima potencialidade com relação à sua autonomia e independência, já que não se beneficiam do currículo regular de uma escola estadual.

Dessa forma, todas as entidades parceiras oferecem, somente, os anos iniciais do Ensino Fundamental. Ou seja, até o 5º ano desse nível de escolaridade.

Os alunos que tenham condições de frequentar a escola regular ou os anos finais do Ensino Fundamental devem ser encaminhados às escolas estaduais regulares.



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PONTAL - APAE  
Fundada em 05 de Junho de 1956  
CNPJ 00.254.192/0001-09  
Registro de Pessoas Jurídicas nº 11951 de 28/08/96 no furo A  
Reconhecida de Utilidade Pública Municipal sob lei 1565/96 de 12/11/96  
Reconhecida de Utilidade Pública Estadual sob lei 8525/94 de 23/03/94  
Reconhecida de Utilidade Pública Federal sob lei 25 de 31/05/94  
Registrada no CNA A-01, conforme Registre nº 25999-021515/94-25 de 10/10/95  
Certificado de Fins Filantrópicos, Processo nº 44006 003568/98-67



#### OBJETO A SER EXECUTADO

Promover o atendimento de educandos que necessitam de apoio permanente-pervasivo com Deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada a Deficiência Intelectual e de apoio substancial ou muito substancial com Transtorno do Espectro Autista, ou Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular.

#### PÚBLICO-ALVO

Educandos que necessitam de apoio permanente-pervasivo com Deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada a Deficiência Intelectual e de apoio substancial ou muito substancial com Transtorno do Espectro Autista, ou Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, que não puderem ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular, organizados conforme segue:

Alunos do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, de até 29 anos e 06 (seis) meses com transtorno do espectro autista (TEA) e Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, organizados conforme relação nominal constante do ANEXO I, na seguinte proporção:

1. **00** alunos autistas, agrupados em 00 classes, sendo:
  - a. **00** alunos autistas de Nível II, agrupados em 00 classes com até 6 alunos (ver nota de rodapé 1);
  - b. **00** alunos autistas de Nível III, agrupados em 00 classes (ver nota de rodapé 1);
  - c.

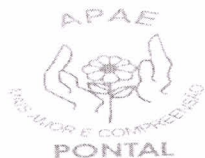
Alunos do Ensino Fundamental até 29 anos e 06 (seis) meses com deficiência intelectual e deficiência múltipla associada a Deficiência Intelectual, organizados conforme segue:

2. **24** alunos com deficiência intelectual, agrupados em 04 classes, sendo:
  - a. **00** alunos entre 6 a 10 anos e 11 meses, agrupados em **00** classes com até 10 alunos;
  - b. **06** alunos entre 11 e 14 anos e 11 meses, agrupados em **01** classes com até 10 alunos;
  - c. **18** alunos entre 15 e 29 anos, agrupados em **03** classes com até 15 alunos.

Além dos alunos do ANEXO I, matriculados em classes de Entidades Parceiras do ano de 2017, poderão ser encaminhados novos alunos durante o ano de 2018 (mediante procedimento adequado) até o limite total (Anexo I mais novos alunos) de:

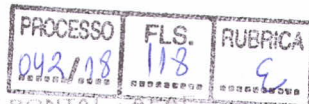
\_\_\_\_\_ alunos autistas de Nível II e III;

\_\_\_\_\_ alunos com deficiência intelectual.



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PONTAL - APAE

Fundada em 05 de Junho de 1990  
CNPJ: 00.254.362/0001-99  
Registro de Pessoas Jurídicas sob nº 17651 de 28/05/90 no livro A  
Reconhecida de Utilidade Pública Municipal sob lei 1563/90 de 12/11/90  
Reconhecida de Utilidade Pública Estadual sob lei 5525/94 de 23/03/94  
Reconhecida de Utilidade Pública Federal Port. 25 de 31/05/94  
Registrada no C.N.A.S. - conforme Registro nº 28696 021513/64-25 de 10/10/98  
Certificado de Fins Filantrópicos - Processo nº 44006 003568/98 57



### COMPOSIÇÃO DAS SALAS

As salas de aula deverão ser equipadas de acordo com as características físicas e com as necessidades dos alunos a serem atendidos nesse ambiente.

Quanto ao aspecto pedagógico as salas devem ser adequadas às especificidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Deficiência Intelectual (DI);

Quanto ao número de alunos, será ocupada área mínima de 1m<sup>2</sup> (um metro quadrado) por aluno, não excedendo mais que 80% do espaço físico da sala de aula e serão assim distribuídos conforme as orientações abaixo descritas.

As etapas de escolarização na modalidade de Ensino Fundamental se organizam da seguinte forma:

ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL ou DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA ASSOCIADA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL:

- FASE I: Escolarização inicial, para alunos de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e 11 (onze) meses, no mínimo 6 e no máximo 10 alunos por classe.
- FASE II: Programa socioeducacional, para alunos de 15 (quinze) a 29 anos e 6 (seis) meses, no mínimo 6 e no máximo 15 alunos por classe.

ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA:

- NÍVEL II – que exige apoio substancial: no máximo, 06 (seis) alunos por classe.
- NÍVEL III – que exige apoio muito substancial: no máximo 04 (quatro) alunos por classe.

É necessário observar a defasagem entre os alunos para a formação das classes conforme a faixa etária, podendo considerar uma diferença de, no máximo, 4 anos entre os pares na mesma classe.

#### Observações:

1. Para a organização das classes com alunos da faixa etária do Ensino Fundamental até 14 anos e 11 meses, deve-se também considerar a idade cronológica com interstício de até 4 anos.
2. Para a organização das classes com alunos da faixa etária entre 15 e 29 anos e 06 (seis) meses, deve-se também considerar a idade cronológica.
3. As exceções deverão ser justificadas tecnicamente pelo Gestor da parceria, ratificado pelo Dirigente de Ensino.

### METAS A SEREM ATINGIDAS

Atender 100% dos alunos, público alvo desta parceria, com qualidade (apoio contínuo com ênfase no Currículo Funcional, contribuindo para a aquisição de autonomia e independência nas habilidades básicas de maneira funcional, desenvolvimento de competências sociais e promoção de sua inclusão na comunidade) de modo a:

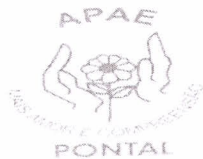
- Encaminhar, no mínimo, 10% do alunado de até 14 anos custeado pela SEE para a rede regular de ensino.
- Preparar, no mínimo, 10% do alunado com mais de 15 anos custeado pela SEE para inserção no mundo do trabalho e encaminhamento dos mesmos.
- Atingir no mínimo 70% de índice positivo na pesquisa de satisfação da população atendida, que será efetuada pela Diretoria de Ensino, conforme previsto no artigo 58 § 2º da Lei 13019/2014.

PROCESSO 042/98	FLS. 119	RUBRICA E
--------------------	-------------	--------------

- a) aprovar o quadro docente da OSC, responsável pela execução do objeto da parceria;
- b) encaminhar à OSC os educandos referidos no Público-Alvo, bem como receber na rede estadual os alunos da OSC, cuja avaliação pedagógica assim o recomendar;
- c) acompanhar, fiscalizar e avaliar as ações necessárias à execução do objeto da parceria, por intermédio da Diretoria de Ensino;
- d) repassar à OSC os recursos financeiros previstos para a execução do objeto da parceria, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;
- e) elaborar e conduzir a execução da política pública;
- f) emanar diretrizes sobre a política pública a ser executada por meio do presente termo, estabelecendo conceitos e critérios de qualidade a serem observados pela OSC.

a) ministrar a modalidade de ensino prevista no objeto, na forma da legislação vigente, de acordo com as diretrizes traçadas pela SECRETARIA, bem como contratar o corpo docente e técnico necessário, assegurando o atendimento **socioeducacional** aos educandos;

- b) garantir vagas aos alunos encaminhados pela SECRETARIA, em qualquer época do ano;
- c) encaminhar à SECRETARIA os alunos cuja avaliação pedagógica recomende a inserção em classes comuns da rede estadual, dando continuidade ao atendimento clínico-terapêutico que recebiam na OSC;
- d) realizar o cadastramento com nomes completos dos alunos beneficiados na parceria junto à SECRETARIA, de acordo com os critérios estabelecidos, mantendo-o atualizado;
- e) garantir programa Socioeducacional aos alunos com Deficiência Intelectual ou deficiência múltipla associada a Deficiência Intelectual ou com Transtorno do Espectro Autista, ou Deficiência Múltipla associada ao Transtorno do Espectro Autista, concomitantemente à educação básica, a partir de 15 anos, bem como proporcionar iniciação à educação profissional para aqueles que receberem o atestado de terminalidade específica da rede estadual de ensino;
- f) garantir, gratuitamente, formação aos profissionais de apoio da SECRETARIA, que atuarão junto aos alunos inseridos nas classes regulares, impossibilitados de agirem de forma autônoma nas atividades escolares e diárias;
- g) assegurar, gratuitamente, aos professores da rede estadual de ensino, que lecionam para alunos com deficiência, 10% (dez por cento) das vagas nos cursos oferecidos pela OSC, em suas áreas específicas;
- h) assegurar matrícula de alunos encaminhados pela SECRETARIA, por meio da Diretoria de Ensino, tendo como limite 10% do total de vagas da parceria;
- i) assegurar às autoridades da SECRETARIA o acesso ao acompanhamento e a avaliação das atividades escolares desenvolvidas na OSC;
- j) zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;
- k) apresentar à Diretoria de Ensino relatórios pedagógicos parciais e finais para acompanhamento e aprovação dos serviços executados. Após o início da execução dos planos de trabalho, as entidades deverão encaminhar semestralmente os relatórios parciais dos trabalhos desenvolvidos e das metas atingidas.



# ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PONTAL

Fundada em 05 de Junho de 1990  
 CNPJ 00.254.992/0001-02  
 Registro de Pessoas Jurídicas nº 0003 de 28-08-90 no 1º ofício  
 Reconhecida de Utilidade Pública Municipal sob lei 1.554/90 de 1.º de maio  
 Reconhecida de Utilidade Pública Estadual sob lei 8.230/94 de 21-04-94  
 Reconhecida de Utilidade Pública Federal sob lei 7.548/94 de 14-04-94  
 Reconhecida de Utilidade Pública Federal sob lei 7.548/94 de 14-04-94  
 Reconhecida de Utilidade Pública Federal sob lei 7.548/94 de 14-04-94  
 Reconhecida de Utilidade Pública Federal sob lei 7.548/94 de 14-04-94

PROCESSO 042/18	FLS. 120	RUBRICA E
--------------------	-------------	--------------

## ETAPAS DE EXECUÇÃO

Vide anexo II – Etapas de Execução

### Equipe do projeto (recursos humanos)

N.º	Nome	CARGO	RG	Carga horária semanal	REG CATEGORIA
1	Claudia Regina Fernandes	Professora	20.104.665	20	
2	Flávia da Silva Nogueira	Professora	26.389.318-2	20	
3	Roseli Baptista de Souza	Professora	23.576.418-8	20	
4	Valdenice F. da Silva Carvalho	Professora	22.757.791-7	20	
5	Fernanda Aparecida Estropa	Professora Educ. Física	40.205.173-7	20	
6	Joana D'Arc Aparecida Cardoso	Professora Arte	14.019.319	20	
7	Vilmara Carla Andruccioli Lucera	Diretor Pedagógico	25.452.653-6	20	

### - PAGOS COM OUTRA FONTE DE RECURSO:

N.º	Nome	CARGO	RG	Carga horária semanal	REG CATEGORIA
1	Joana D'arc Pereira	Monitor	29.091.193-x	40	
2	Rita de Cássia Rodrigues	Monitor		40	



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE

Piedade 2 km 25 de Jussara de 1980  
CNPJ nº 04.252.000-00  
Registro de Pessoas Jurídicas nº 11651-90 no livro A  
Reconhecida de Utilidade Pública Municipal sob lei 154890 de 12/11/90  
Reconhecida de Utilidade Pública Estadual sob lei 6529/94 de 23/03/94  
Reconhecida de Utilidade Pública Federal por 25 de 51/05/94  
Registrada no C.N.A.S. conforme Registro nº 22996 021513/94-25 de 10/10/95  
Certificado de Fins Patrocinados Processo nº 14006 003568/95-67

PROCESSO 04.2/18	FLS. 121	RUBRICA E
---------------------	-------------	--------------

#### Aplicação de Recursos:

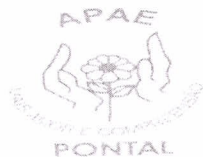
ITENS DE DESPESA	VALORES (R\$)	
	CORRENTE	TOTAL
Pessoal (Área Pedagógica) mínimo 80%: serão aceitas na prestação de contas as seguintes despesas: remuneração dos profissionais, benefícios/direitos trabalhistas, desde que expressamente previstos em Acordo Coletivo/ Convenção Coletiva de Trabalho (auxílio-alimentação, auxílio-creche, convênio médico, etc), contribuição social e previdenciária, verbas rescisórias proporcionais ao período da parceria, férias e 13º salário. Quanto ao FGTS será autorizada a dedução apenas dos 8% mensais sobre a remuneração, sendo vedada a dedução da multa do FGTS, que é de responsabilidade do empregador.	103.303,68	103.303,68
Despesas Administrativas (água, luz, telefone, limpeza e material didático escolar) Máximo 20%.	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>103.303,68</b>	<b>103.303,68</b>

<b>VALOR TOTAL Da PARCERIA</b>	<b>R\$ 103.303,68</b>
--------------------------------	-----------------------

Obs. É permitido o remanejamento de recursos entre os itens de despesas (pessoal e administrativa), desde que se aplique o valor mínimo exigido com despesas de pessoal.

#### Quadro de Desembolso (parcelas iguais):

MARÇO	R\$ 34.434,56
JUNHO	R\$ 34.434,56
SETEMBRO	R\$ 34.434,56



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PONTAL

Fundada em 05 de Junho de 1955  
CNPJ nº 254.552/0001-00  
Registro de Pessoa Jurídica nº 11853 de 28/08/90 no Livro A  
Reconhecida de Utilidade Pública pelo Estado de Mato Grosso de 23/03/94  
Reconhecida de Utilidade Pública pelo Estado de Mato Grosso de 23/03/94  
Reconhecida de Utilidade Pública pelo Estado de Mato Grosso de 23/03/94  
Reconhecida de Utilidade Pública pelo Estado de Mato Grosso de 23/03/94  
Reconhecida de Utilidade Pública pelo Estado de Mato Grosso de 23/03/94  
Reconhecida de Utilidade Pública pelo Estado de Mato Grosso de 23/03/94

PROCESSO 042/08	FLS. 122	RUBRICA E
--------------------	-------------	--------------

Indicação do Gestor na Diretoria Ensino

Nome Maria Inês Seguessi Zanqueta

CPF 086.712.318-44

RG 18.096.440-9

CARGO Supervisor de Ensino

Indicação do Gestor da Parceria na Entidade

Nome VILMARA CARLA ANDRUCIOLI LUCERA

CPF 186.509.408-03

RG 25.452.653/6

CARGO DIRETOR PEDAGÓGICO

Sertãozinho, 29 de janeiro de 2018

Cássia Regina Furtado  
Dirigente Regional de Ensino